



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE

**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA BIPARTITE
GOVERNO – TRABALHADORES - SRT**

Ata da ordem do dia 09 de dezembro de 2014

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE
ATA DA REUNIÃO DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA BIPARTITE
GOVERNO – TRABALHADORES - SRT

Local: MTE, Esplanada dos Ministérios, Bloco F, anexo A, Brasília-DF

Data: 09 de dezembro de 2014.

1 Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze aconteceu a 14ª
2 reunião ordinária da Câmara Bipartite Governo – Trabalhadores – SRT com a
3 participação dos Alex Sandro Gonçalves Pereira, GM; Maria Eugenio Almeida, GM;
4 Antônia Edileuda Martins Guedes, SE; Sérgio Araújo Sepulveda, SE; Sr. Eudes da Silva
5 Carneiro, SRT; Rita Maria Pinheiro, SRT; José Carlos Padilha Áreas, CTB; Valeir
6 Ertle, CUT; Rosana Sousa de Deus, CUT; João Agostinho Pereira, FS; Agilberto
7 Serôdio NCST; Vicente da Silva, UGT; Luís Carlos S. Barbosa, FS; Fernanda Giorgi
8 Assessora da CUT; Lilian Arruda Martins, Assessora do DIEESE, Mauro Rodrigues de
9 Souza, SRT e Camila Y. S. Ikuta. **ABERTURA:** O Sr. Conselheiro Valeir Ertle saúda
10 os presentes, combina o tempo estimado para a reunião e questiona sobre a aprovação
11 da 13ª Ata. O Sr. Conselheiro João Agostinho em nome da Força Sindical dispensa a
12 leitura da Ata. O Sr. Conselheiro Eudes da Silva afirma não ter nenhum problema com a
13 aprovação. O Sr. Conselheiro Valeir Ertle declara aprovada a 13ª Ata e cita um dos
14 pontos da pauta da reunião que é a Lei 12.023 de 2009. O Sr. Conselheiro Eudes da
15 Silva saúda os presentes e informa que os trabalhadores manifestaram que seria
16 necessário revogar a Portaria de 1982, que transformou em categoria específica, e uma
17 proposta de alteração legislativa, informando que mais informações seriam passadas
18 pelo Sr. Mauro Rodrigues da Souza da SRT. O Sr. Mauro Rodrigues saúda os presentes
19 apresentando duas questões – a própria Lei 12.023 e a atividade de movimentação de
20 mercadoria - que devem ser refletidas sobre a Lei do Movimentador de Mercadoria,
21 fazendo referência aos Artigos 2º e 3º e citando como exemplo comércio e indústria
22 para aclarar a explicação. O Sr. Valeir Ertle tem dúvidas sobre os parágrafos do Artigo
23 3º. O Sr. Mauro Rodrigues segue com a apresentação mencionando a Portaria. Fala
24 sobre outro grande problema que é no âmbito das relações sindicais, dividindo
25 categorias e pleitos. Explica a diferença entre carga e mercadoria, produtos rurais, a Lei
26 do Programa de Assistência do Trabalhador Rural, a exploração e sobre um possível
27 encaminhamento que o Sr. Eudes da Silva teria em relação ao Movimentador de
28 Mercadorias. O Sr. Eudes da Silva informa que é melhor esperar a bancada se
29 manifestar para entrar nesse assunto. O Sr. Mauro Rodrigues termina seu

30 pronunciamento reafirmando a sua intenção de afunilar este conteúdo e que por isso
31 apresenta como ideia se concentrar no Artigo 2º da Lei 12.023 para tentar afastar uma
32 análise extensiva que a Lei está permitindo. O Sr. Valeir Ertle debate sobre as
33 possibilidades de resolver os conflitos que estão sendo gerados com a Lei, informando
34 que a intenção de abrir um debate é chegar a um entendimento, pois em sua opinião
35 revogar a Portaria não vai resolver. Faz menção ao GT, e ao debate ocorrido no CTB e
36 um grupo de trabalho feito pela CNTC, vinculando a discussão para o Artigo 2. O Sr.
37 Mauro Rodrigues completa que alteração de equipamento de carga e descarga está na
38 Lei. O Sr. Valeir Ertle continua informando que foi protocolado no Ministério do
39 Trabalho, na condição das centrais sindicais, recordando de uma conversa que teve pela
40 manhã para agilizar os processos, pois sempre lhe foi solicitado uma posição. O Sr.
41 Mauro Rodrigues informa que a questão é saber qual vai ser o encaminhamento, e
42 fazendo referência ao trabalhador afirma que dizer se ele é avulso ou com vínculo
43 empregatício não vai tirar dele a denominação de Movimentador de Mercadorias e o
44 mesmo vai continuar trabalhando em qualquer lugar. O Sr. Valeir Ertle explica que o
45 Artigo 2º resgata várias questões do que acontecia, o maior problema da interpretação
46 geral e que por isso é importante se pensar em uma alternativa para resolver a situação,
47 porque cada vez está ficando mais insustentável. O Sr. Agilberto Seródio afirma que
48 não entrará na questão dos Artigos 2º e 3º, informando que a sua preocupação é a
49 inclusão do trabalhador com vínculo empregatício, pois passou-se a ter um sindicato
50 que representa o avulso com todos os poderes e também representa o trabalhador com
51 vínculo empregatício. O Sr. Mauro Rodrigues explica o que acontece baseado na Lei
52 8.630, de 1990 em relação ao trabalhador portuário, afirmando que a Lei atual manteve
53 um entendimento, tendencial de criar os dois institutos e garantiu que o portuário seja
54 categoria diferenciada. O Sr. João Agostinho expõe a sua opinião que se a Portaria não
55 for revogada a situação se complica, recordando da representação dos trabalhadores
56 rurais e a movimentação de mercadorias. O Sr. Mauro Rodrigues contrapõe sobre a
57 afirmação anterior de que o maior problema é a Portaria, questionando sua
58 representatividade e interpretação na presença de trabalhadores avulsos como
59 Movimentador de Mercadorias. Explica que em sua opinião o problema é o conceito do
60 movimentador que faz com que ele esteja em qualquer lugar. O Sr. José Carlos Arêas
61 informa que em algumas discussões, o que foi previsto é que o Movimentador de
62 Mercadorias chegaria até o pátio, sendo esse o limite e que o conceito de carga e
63 mercadoria, se fosse discutido, poderia ajudar. O Sr. Vicente da Silva conclui que é uma

64 questão de definir qual é a atividade dessa categoria e que então isso poderia ser
65 resolvido pelo Ministério do Trabalho, porque é uma questão apenas de interpretar a
66 norma. O Sr. Mauro Rodrigues afirma que a mera interpretação do Ministério do
67 Trabalho não vai resolver a insegurança jurídica, e que tem que ser PL encampado pelas
68 partes. O Sr. Conselheiro Valeir Ertle explica que tem duas maneiras de resolver o
69 problema: PL e discussões de proposta. Recorda do auto de composição que não deu
70 certo e questiona se os membros têm alguma proposta. O Sr. Mauro Rodrigues explica
71 que não, pois a interpretação que se quer é ter um Projeto de Lei que vise alterar o
72 Artigo 2º da Lei 12.023 ou se é trabalhar a Portaria. O Sr. Valeir Ertle menciona uma
73 Audiência Pública no Congresso Nacional e questiona sobre quem estaria interessado
74 em apresentar alternativas para resolver o problema. O Sr. Mauro Rodrigues afirma que
75 a proposta é apresentar a redação de um parágrafo, o Artigo 2º para melhor definir e dar
76 um prazo. O Sr. Conselheiro Valeir Ertle informa que todas as centrais sindicais têm o
77 problema e o debate. O Sr. Conselheiro Agilberto Seródio pede que seja apresentada
78 uma proposta para que exista uma reunião e um debate. O Sr. Valeir Ertle questiona se
79 já tem uma proposta para ser apresentada, pois isso é algo que vem sendo adiado por um
80 ano. O Sr. Valeir Ertle solicita que seja discutido o mais breve possível. O Sr. Mauro
81 Rodrigues informa que dia dezoito de dezembro encaminha o texto para os membros. O
82 Sr. Valeir Ertle questiona o mês. O Sr. Eudes da Silva explica que antes de elaborar o
83 texto, é necessário discutir quais os caminhos que vão chegar até esse texto final que
84 está sendo proposto. Propõe que quinze dias antes da próxima reunião será encaminhada
85 uma proposta. O Sr. Valeir Ertle reprova, retrucando que os membros já tiveram um ano
86 para isso. O Sr. Eudes da Silva retribui afirmando que a CUT teve dois anos. O Sr.
87 Valeir Ertle justifica que a última reunião que tiveram foi em junho de 2013. O Sr.
88 Conselheiro Eudes da Silva explica que a ideia é fazer um programa para o ano
89 seguinte, pensando em 10 a 15 de janeiro datas para encaminhar a proposta, se
90 chegarem a uma definição. O Sr. Luís Carlos Barbosa informa que o desejo é pontuar e
91 definir algumas questões para objetivar. O Sr. Conselheiro Valeir Ertle explica que por
92 isso ia sugerir uma proposta para encaminhar até o dia dezoito para tentar resolver e
93 ganhar tempo. O Sr. Mauro Rodrigues afirma que o Sr. Eudes é seu chefe no Conselho
94 de Relação do Trabalho. O Sr. Valeir Ertle explica que seu pensamento era, já que ainda
95 não se tem uma proposta finalizada, todos a construir juntos. O Sr. Eudes da Silva
96 questiona se os membros têm algum ponto que queiram encaminhar antes da elaboração
97 da proposta. O Sr. Vicente da Silva informa que algo será passado. O Sr. Eudes da Silva

98 caracteriza como precipitada a decisão de apresentar algo dia dezoito. O Sr. Luís Carlos
99 questiona se será mesmo dez ou quinze dias antes da reunião da Câmara para poder
100 aprofundar no debate. O Sr. Conselheiro Eudes da Silva confirma então que de dez a
101 quinze será feito encaminhamento para vocês para dar tempo de discutir na reunião e
102 pede sugestões para o próximo encontro. Os membros discutem sobre uma possível data
103 pra a próxima reunião, mas sem sucesso. E aguardam contatos para definirem. O Sr.
104 Eudes da Silva compromete-se a enviar o calendário de reuniões para que a próxima
105 seja aprovada. O Sr. Conselheiro Valeir Ertle reforça a ideia de que o governo não fez
106 muita coisa durante o ano, usando a expressão “empurrando com a barriga”. Reafirma
107 que dia vinte e sete será feito um dia todo de debate das centrais sindicais e faz menção
108 aos documentos dos movimentadores com suas respectivas datas. O Sr. Conselheiro
109 Eudes da Silva contesta que foram muitos documentos dos movimentadores. O Sr.
110 Valeir Ertle informa que todos os documentos e temas que estão pendentes serão
111 tratados e que o próximo ponto é dar continuidade nas discussões e propostas
112 apresentadas pela Bancada dos Trabalhadores. Recorda de uma proposta das centrais
113 sindicais feita em maio, com base na contraproposta apresentada pelo Ministério do
114 Trabalho e que o motivo da discussão é para chegar a um consenso, concordância e
115 conseguir uma agenda. Sugere dar sequência ao Grupo de Trabalho e reunir-se com as
116 centrais sindicais. A Sra. Rita Maria Pinheiro explica que houve uma reunião no dia
117 quatorze de novembro, recordando que as denúncias não são contra o Ministério do
118 Trabalho, mas sim do Ministério Público do Trabalho. Informa que entrará em período
119 de férias e por esse motivo propõe que se retomasse o GT nos primeiros dias de janeiro,
120 mas que antes disso as centrais sindicais discutissem a fundo sobre as propostas para
121 acelerar as discussões. O Sr. Conselheiro Luís Carlos explica que se não for possível na
122 semana seguinte, que nos primeiros dias de janeiro, onde a bancada definiria um dia
123 para reunir as assessorias das centrais. A Sra. Rita Pinheiro expõe que em sua opinião
124 vale a pena refletir e discutir as melhores alternativas para avaliar a redação. Menciona
125 os estudos que foram feitos para chegar na proposta. O Sr. Valeir Ertle solicita que seja
126 mantida a reunião da bancada para o dia doze, dia inteiro. O Sr. Agilberto Seródio
127 afirma que em conversa com a Sra. Sandra acharam melhor ser dia quinze do presente
128 mês para que mais membros possam participar. O Sr. Valeir Ertle então reforça que a
129 reunião está mantida para o dia quinze na CUT às nove horas. O Sr. Eudes da Silva
130 informa que a proposta será encaminhada até o dia cinco de janeiro. O Sr. Luís Carlos
131 recorda que nesta data todas as centrais têm recesso. O Sr. Valeir Ertle então transfere a

132 data para o dia nove, e dia doze será retomada a discussão. O Sr. Valeir Ertle reforça
133 que dia vinte será a reunião do GT e no dia doze a Bancada dos Trabalhadores enviará a
134 proposta final para a Secretaria-Executiva do CRT, e dá continuidade na pauta.
135 Apresenta o próximo tópico que é a conclusão do GT que discutiu a representação
136 sindical no meio rural e urbano. O Sr. Eudes da Silva informa que como não teve
137 acordo com relação o tema estava já preparando o Relatório para o Secretário.
138 Menciona o encaminhamento de uma proposta de alteração da Portaria 326 já acrescida
139 de alguns outros pontos. O Sr. Valeir Ertle passa para o próximo ponto: colônia de
140 pescadores. O Sr. Eudes da Silva informa que esse assunto também já foi abordado na
141 última reunião do Conselho e que as centrais deveriam discutir internamente para
142 possíveis encaminhamentos. O Sr. Valeir Ertle afirma que na reunião do CRT foi
143 colocado que este é um tema muito complexo, mencionando a discussão das Portarias
144 186 e 326. Explica que querem prorrogar o debate, onde será feito um Seminário dia
145 vinte e sete o dia inteiro e dia vinte e oito na parte da manhã para tentar finalizar
146 entendimentos entre as centrais sindicais, reforçando a ideia de que primeiro é
147 necessário discutir internamente para acelerar o processo. O Sr. Eudes da Silva Carneiro
148 explica que está tendo sim uma atenção nas propostas do Ministério, e que existem
149 inúmeras preocupações com a questão de interpretar e seguir com as discussões. O Sr.
150 Valeir Ertle questiona se mais alguém quer se manifestar. Os membros informam que
151 sobre a questão da colônia de pescadores precisa de muito acúmulo de debate interno
152 das centrais sindicais onde nenhuma tem proposta. Luis Carlos Barbosa informa que na
153 Força Sindical já houve uma reunião. O Sr. Eudes da Silva questiona então como fica
154 esse assunto, se sai da pauta ou permanece para a próxima reunião. O Sr. Valeir Ertle
155 explica que este assunto ainda será discutido e que é preciso rever a pauta. Continua
156 explicando que é preciso tentar avançar para conseguir debater este tema dia vinte e sete
157 e vinte e oito. O Sr. Conselheiro Luís Carlos expõe sua opinião que deveria acabar com
158 o “empurrar com a barriga” e começar a definir e procurar fechar os pontos do que é
159 possível e que essa é a relevância do Seminário. O Sr. Eudes da Silva conversa com os
160 membros da bancada e decidem retirar esse assunto da pauta e fica no aguardo por uma
161 manifestação. O Sr. Valeir Ertle recorda e questiona sobre a proposta feita sobre o
162 trabalho aos domingos. O Sr. Eudes da Silva informa que a coordenação está com o Sr.
163 Mauro Rodrigues e que para a Secretaria não foi repassado. O Sr. Valeir Ertle afirma
164 sobre problemas internos com a Bancada Patronal. O Sr. Conselheiro Agilberto Seródio
165 informa que no dia seguinte terá grupo de trabalho à tarde, e o empregador também

166 estará, onde pode ser feita uma conversa. O Sr. Valeir Ertle explica que sua
167 preocupação é o encaminhamento ser feito e não se chegar a lugar nenhum, e que sobre
168 alguns problemas, a Bancada Patronal pelos *e-mails*, não estão sendo tratados esses
169 assuntos. O Sr. Eudes da Silva pede que em no máximo 45 dias, mantendo-se o debate,
170 se consiga finalizar essas questões. O Sr. Valeir Ertle recorda que em tese as discussões
171 deveriam ser encaminhadas para o pleno, mas, devido à urgência, irá verificar as
172 possibilidades. O Sr. Conselheiro Luís Carlos Barbosa sugere que seja feito um
173 despacho *ad referendum* do pleno. O Sr. Eudes da Silva informa que para isso é
174 necessário uma participação do Secretário de Inspeção do Trabalho e do Secretário de
175 Relação do Trabalho para poder fechar o acordo. Concorda com todas as ponderações
176 até agora feitas, mas afirma que do ponto de vista formal o assunto não pode ser
177 decidido no presente momento, explicando que a proposta de solução é encaminhar, até
178 o dia seguinte, o pedido de prorrogação e o assunto será discutido em outro momento. O
179 Sr. Valeir Ertle reforça então que os assuntos da Portaria serão discutidos dia dezoito. O
180 Sr. Valeir Ertle dá início ao último ponto da pauta que é o informe de instalação do GT,
181 Artigo 477 da CLT. O Sr. Eudes da Silva informa que a proposta é fazer a instalação
182 desse grupo em janeiro, pela segunda quinzena. O Sr. Valeir Ertle, como sugestão,
183 propõe que seja feito em fevereiro, devido às férias de janeiro. O Sr. Eudes da Silva
184 sugere que em fevereiro seja definido o encaminhamento. Continua seu pronunciamento
185 explicando sobre o encaminhamento de manifestações sobre o Enunciado 61 SRT e as
186 manifestações até o dia dez, acerca do texto que foi encaminhado. O Sr. Valeir Ertle
187 questiona a Sra. Fernanda se falta algo. O Sr. Agilberto Seródio afirma que o que ele se
188 recorda é que o Enunciado, que está atualmente em vigor, ele dava aquela interpretação
189 de que talvez pudesse ser incluso dentro dessa questão processos que estão tramitando
190 normalmente. O Sr. Eudes da Silva reafirma que essa era a dúvida e que estava apenas
191 recordando sobre a questão de encaminhamentos e manifestações. O Sr. Agilberto
192 Seródio sugere que seja estudado e encaminhado. O Sr. Valeir Ertle sugere que é
193 necessário pedir prorrogação com os outros três temas, para conversar com a Bancada
194 Patronal, no dia seguinte. Explica que o problema é que ainda não foi possível finalizar
195 ou ter uma proposta das centrais sindicais. O Sr. Eudes da Silva expõe as dificuldades
196 que estão sendo enfrentadas com as pautas. O Sr. Agilberto Seródio defende-se que
197 existe sim uma preocupação com esses assuntos, mas no dia seguinte o NCST tem uma
198 reunião. O Sr. Luís Carlos afirma que se houver acordo de categoria é criado um
199 imbróglio, explicando sobre as categorias e citando alguns estados, já se manifestando

200 que a Força Sindical não concorda com o acordo de categoria. O Sr. Agilberto Seródio
201 informa que a Nova Central está tendo um trabalho para uniformizar o posicionamento
202 do Ministério. O Sr. Eudes da Silva usa alguns sindicatos como exemplo, de Sorocaba,
203 para falar sobre os registros. O Sr. Luís Carlos explica que o sindicato primeiro era
204 estadual depois intermunicipal. O Sr. Eudes da Silva informa que não adianta ficar
205 entrando nos pontos de divergência na redação que não vai resolver. A Sra. Rita Maria
206 Pinheiro fala sobre a Portaria 326 e os prazos curtos para apresentações de sugestões
207 tendo em vista os períodos de festa. O Sr. Valeir Ertle informa que a CUT tem resposta
208 sobre o tema, mas a bancada não tem. A Sra. Rita Maria se recorda que não teve acordo
209 no GT sobre essa Portaria. O Sr. Valeir Ertle, diante do posicionamento da Rita
210 questiona se tem possibilidade de transferir para o dia quinze. O Sr. Agilberto Seródio
211 pela Nova Central não vê dificuldade para o dia quinze definir só sobre a 326. O Sr.
212 Luís Carlos recorda que é importante debater e afinar os temas no Seminário. O Sr.
213 Valeir Ertle questiona se dá para finalizar e encaminhar no dia quinze, tendo em vista a
214 Portaria 186. O Sr. Eudes da Silva informa que foi reduzido para dois itens, destacados
215 em negrito só da 186. Os membros decidem que será encaminhada a 326 e a 186 será
216 debatida. O Sr. Eudes da Silva questiona como está a tabela de categoria.
217 **ENCERRAMENTO:** O Sr. Conselheiro Valeir Ertle informa que o horário já está
218 avançado. Afirma que têm até o final de semana para finalizar e a partir da semana
219 seguinte será agendada a apresentação das centrais sindicais. Agradece a participação de
220 todos e encerra a 14ª reunião ordinária da Câmara Bipartite Governo – Trabalhadores.

221 Valeir Ertle, CUT

222 Alex Sandro Gonçalves Pereira, GM

223 Maria Eugenio Almeida, GM

224 Antônia Edileuda Martins Guedes, SE

225 Sérgio Araújo Sepulveda, SE

226 Eudes da Silva Carneiro, SRT

227 Rita Maria Pinheiro, SRT

228 José Carlos Padilha Áreas, CTB

- 229 Valeir Ertle, CUT
- 230 Rosana Sousa de Deus, CUT
- 231 João Agostinho Pereira, FS
- 232 Agilberto Serôdio NCST
- 233 Vicente da Silva, UGT